

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE
ASSUNTOS SOCIAIS

RELATÓRIO E PARECER

PROPOSTAS DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL

N.º 20/XIII – “PLANO REGIONAL ANUAL PARA O ANO DE 2025” E N.º 21/XIII –
“ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO DE 2025”

NOVEMBRO DE 2024



INTRODUÇÃO

A Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais reuniu no dia 6 de novembro de 2024, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, ilha do Faial, e ainda com recurso a meios telemáticos.

Da agenda constava, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, a audição dos membros do Governo Regional responsáveis pelas matérias da competência desta Comissão, relativas às **propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XIII – “Plano Regional Anual para o ano de 2025” e n.º 21/XIII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2025”**.

As supramencionadas propostas foram remetidas à Comissão de Assuntos Sociais no dia 29 de outubro de 2024, com data limite para emissão de parecer setorial e envio deste à Comissão Especializada Permanente de Economia até ao dia 11 de novembro de 2024.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

As iniciativas legislativas do Governo Regional fundam-se no disposto nas alíneas h) e i) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas b) e c) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro).

Na Região Autónoma dos Açores, o regime jurídico relativo ao sistema regional de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos de programação de investimento público e respetiva preparação, elaboração, aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito institucional na Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio.

Por último, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2024/A, de 8 de abril, a matéria da presente iniciativa, abaixo identificada, é da competência da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais.



CAPÍTULO II

PROCESSO DE ANÁLISE

Compete à Comissão de Assuntos Sociais a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas de Plano Regional Anual e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2025, nas seguintes matérias:

- Apoio a cidadãos com necessidades especiais;
- Apoio à família e às migrações;
- Apoio a idosos;
- Atividade desportiva profissional e não profissional;
- Atividade privada de saúde no seu relacionamento com o Serviço Regional de Saúde;
- Ciência, investigação e inovação tecnológica;
- Cultura;
- Educação;
- Igualdade de género e combate à discriminação;
- Juventude;
- Pobreza e exclusão social;
- Prevenção e combate às dependências;
- Promoção da infância;
- Promoção de estilos de vida saudáveis;
- Saúde e desporto escolar;
- Saúde pública e comunitária;
- Serviço Regional de Saúde;
- Solidariedade e segurança social.

O parecer das propostas de decreto legislativo regional supra referenciadas fundamenta-se na análise dos correspondentes projetos/ações que foram acompanhadas da devida audição dos membros do Governo Regional competentes em razão da matéria e que abaixo se relatam.

CAPÍTULO III

APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS

A análise da proposta do Plano Regional Anual e do Orçamento referente a 2025, efetuada por esta Comissão Permanente, incidiu sobre as áreas da sua competência.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O quadro que se segue sintetiza o investimento público inscrito na Proposta de Plano Regional Anual para o ano de 2025, referente aos objetivos e programas da área de competência da Comissão de Assuntos Sociais:

Quadro

Plano Regional Anual para o ano de 2025

(Investimento no âmbito das áreas de competência da Comissão de Assuntos Sociais)

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
2 - Relações externas, ciência e comunicações	30.150.000	30.150.000	0
2.3 - Sistemas de informação e infraestruturas de suporte	7.209.179	7.209.179	0
2.4 - Cibersegurança e segurança da informação	475.319	475.319	0
2.5 - Transição Digital	8.388.252	8.388.252	0
2.8 - Apoiar e Dinamizar a Comunidade Regional de Ciência, Investigação e Inovação	3.909.500	3.909.500	0
2.9 - Alavancar o Desenvolvimento Regional com base na RIS3, em projetos Europeus de I&I e em Fundos Comunitários	1.585.000	1.585.000	0
2.10 - Reforçar a formação avançada e incentivar o Desenvolvimento tripolar e digital da Universidade dos Açores	1.805.000	1.805.000	0
2.11 - Fomentar o Desenvolvimento Regional através da cooperação económica e do investimento externo	875.000	875.000	0
4 – Diáspora e Media	4.500.000	4.500.000	0
4.2 - Emigrado e Regressado	101.794	101.794	0
4.3 - Identidade cultural e Açorianidade	734.750	734.750	0
4.4 - Imigrado e interculturalidade	89.957	89.957	0
4.5 - Iniciativas, projetos e infraestruturas de base tecnológica	1.353.499	1.353.499	0



5 - Educação e dinâmica cultural e Desporto	61.000.000	61.000.000	0
6 - Promoção da saúde e economia social	113.000.000	113.000.000	0
10 – Juventude, qualificação e estabilidade laboral	113.566.299	50.085.000	63.481.299
10.1 - Juventude	2.500.000	2.500.000	0
10.5 - Transição Digital, Energética e Ações de Promoção	150.000	150.000	0

Não foi incluído no quadro aquelas que são as ações que estão na tutela das Obras Públicas (programa 9) mas que são respeitantes a obras afetas às áreas de competência da Comissão de Assuntos Sociais:

- a) 9.25 – SRECD – Construções Escolares;
- b) 9.26 – SRECD – Reparação das Instalações da SREAC;
- c) 9.27 - SRECD – Instalações Desportivas;
- d) 9.28 – SRSSS – Ampliação e Remodelação de Infraestruturas;
- e) 9.29 – SRSSS – Beneficiação de Infraestruturas;
- f) 9.33 – VPGR – Construção dos Parques de Ciência e Tecnologia;
- g) 9.34 - SRECD – Defesa e valorização do Património Arquitetónico e Cultural;

DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

A Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto iniciou a sua intervenção referindo um aumento significativo no investimento nas áreas de educação, cultura e desporto nos últimos cinco anos. Segundo a SRECD, o Governo de coligação aumentou o investimento nestes setores em cerca de 66%. Explicou que, em 2020, o investimento feito nestas três áreas rondava os 36.713.000 euros, mas, com o novo plano de 2025, este montante ascende agora a 61.000.000 euros. Este aumento de 66% reflete, nas palavras da Sra. Secretária, o empenho do Governo em reforçar o apoio a estes setores fundamentais para o desenvolvimento regional.

Ao apresentar o plano e orçamento para 2025, destacou que o Governo planeia um reforço adicional de 29.000.000 euros em despesas nos setores da educação, cultura e desporto. Neste âmbito, referiu que a maior parte deste reforço é destinada à área da educação, que constitui o maior empregador entre os três setores. Sublinhou, ainda, que o orçamento prevê, além disso, fundos para as atualizações de carreira do pessoal docente e não docente e para as progressões



dentro da administração pública, em conformidade com as normas e regras de progressão estabelecidas para os funcionários.

A Senhora Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto salientou também os investimentos específicos para a educação, nomeadamente o projeto das escolas digitais, que quase duplicou os fundos previstos. Explicou que este investimento nas escolas digitais servirá para concluir o processo de desmaterialização dos manuais escolares e para assegurar um fortíssimo reforço no material educativo disponível nas escolas, incluindo tecnologias de realidade virtual, materiais de laboratório, instrumentos musicais e outros equipamentos pedagógicos, todos voltados para uma utilização prática em sala de aula, com o objetivo de promover a aprendizagem ativa e a participação dos alunos.

Em relação à ação social escolar, mencionou que o valor do apoio por aluno foi aumentado, em grande parte devido ao contexto demográfico que se verifica nas escolas. Assinalou que o maior montante do plano de investimentos para a educação em 2025, no total de 16.000.000 euros, destina-se à ação social escolar, assegurando assim o reforço no apoio direto aos alunos e famílias. Destacou também o compromisso do Governo de cumprir uma medida específica para 2025: a concretização de apoios para a fixação de docentes, especialmente nas ilhas e nos grupos de recrutamento onde a carência de profissionais é mais pronunciada. Sublinhou que esta medida, prevista anteriormente, representa um compromisso que o Governo pretende agora cumprir.

Quanto à cultura, a Senhora Secretária frisou que o Governo continua a aumentar o apoio aos agentes culturais regionais. Explicou que, para 2025, o montante de apoios previstos para atividades culturais chega a 1.500.000 euros, com o objetivo de incentivar ainda mais o setor cultural, incluindo o apoio às filarmónicas e à preservação do património baleeiro, ambos considerados elementos centrais da identidade cultural açoriana.

Finalmente, no âmbito do desporto, assinalou que o investimento será mantido para responder ao aumento do número de praticantes federados na Região, alcançado ao longo de 2024. O Governo pretende assim garantir o acompanhamento do crescimento desportivo na região, assegurando que as condições para a prática desportiva continuem a expandir-se e a melhorar, tanto em infraestruturas como em recursos para a promoção da prática desportiva entre a população.

Iniciada a primeira ronda, a Deputada Hélia Cardoso (CH) pediu esclarecimentos sobre várias ações específicas do plano de investimentos, nomeadamente, as ações 5.6.1 e 5.6.4, referidas na página 130 da proposta, bem como as ações 5.9.5 e 5.9.14.



Perante este pedido de esclarecimento, a Sra. Secretária Regional da Educação Cultural e Desporto explicou que a ação 5.6.1 refere-se ao desenvolvimento de projetos educativos nas escolas, incluindo despesas para iniciativas como o pensamento computacional, a leitura “de A a Z” e outras atividades que possam ser complementadas com um fundo da Direção Regional da Administração Educativa. A ação 5.6.4, por sua vez, refere-se aos incentivos para fixação de pessoal docente. O estatuto do pessoal docente estabelece que os incentivos à fixação devem ser regulamentados pelo Conselho de Governo e implementados durante os concursos internos e externos que ocorrem anualmente, normalmente em fevereiro, sendo aplicáveis no último trimestre do ano letivo.

Em relação à ação 5.9.5, que abrange a conservação e manutenção de imóveis afetos à DRAC, o investimento será utilizado para garantir a conservação dos imóveis culturais, como museus e bibliotecas. A ação 5.9.14, por sua vez, refere-se à qualificação e requalificação dos serviços externos da DRAC, incluindo a melhoria dos materiais, acessos e operacionalização das infraestruturas.

No uso da réplica, a Deputada Hélia Cardoso (CH) especificou que queria confirmar se os “serviços externos” incluídos na ação 5.9.14 se referem a infraestruturas da Direção Regional da Cultura fora do edifício principal. Perguntou ainda se a ação 5.9.5 inclui algum imóvel específico previsto para manutenção em 2025 e quis saber se os incentivos financeiros são entregues aos professores que ficam colocados em concurso.

Em resposta, a Senhora Secretária confirmou que a ação 5.9.5 abrange todas as infraestruturas culturais tuteladas pelo Governo Regional dos Açores, enquanto a ação 5.9.14 se foca nos materiais e na apresentação ao público das infraestruturas, como museus e bibliotecas. Em relação aos incentivos para pessoal docente, explicou que estes são direcionados diretamente aos professores colocados em zonas carenciadas, conforme definido no estatuto da carreira docente.

De seguida, interveio a Deputada Inês Sá (PS) que começou por referir que o plano e orçamento para 2025 parecem uma continuidade dos documentos, de 2024, sendo que as medidas propostas não respondem aos desafios na área da educação. Apontou uma falta de inovação, indicando que a única diferença significativa é o investimento nas escolas digitais, o qual advém exclusivamente dos fundos do PRR. Referiu, ainda, que os 100.000 euros previstos para a fixação de docentes são insuficientes e que o plano não apresenta medidas suficientes para erradicar a pobreza. Questionou se está prevista alguma revisão curricular ao nível regional e manifestou preocupação com a falta de novos investimentos em projetos pedagógicos e apoio social.



No seguimento desta intervenção, a SRECD explicou que o plano de 2025 mantém uma continuidade estratégica com o plano de 2024, que só está em vigor há quatro meses, cumprindo assim com o Programa do Governo. Afirmou que há um forte incentivo para a estabilidade dos profissionais, com um orçamento de 200 milhões de euros na educação, cultura e desporto, e que o investimento total em educação cresceu de 36.000.000 para 61.000.000 euros. Em relação à ação social escolar, apontou um aumento no apoio por aluno, com uma melhoria de mais de 70% desde 2020, refletindo as mudanças demográficas e o aumento dos investimentos.

No uso da réplica, a Deputada Inês Sá (PS) respondeu que a diminuição do número de alunos não deveria justificar, per si, o aumento do apoio por aluno, considerando ser necessário cruzar estes dados com outros, nomeadamente com o aumento da taxa de pobreza. Apontou ainda que a estabilidade referida pela Senhora Secretária não é visível no terreno, onde ocorrem greves frequentes no setor da educação, que comprovam a insatisfação de toda a comunidade educativa.

Em resposta, a Senhora Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto justificou o aumento na ação social escolar como uma evidência matemática, uma vez que, com menos alunos e um maior orçamento, o investimento por aluno aumenta. Destacou que a despesa total com a educação, cultura e desporto é a maior de sempre, com 408 milhões de euros destinados ao setor, reforçando o apoio aos trabalhadores e às famílias.

Terminada a primeira ronda, inscreveu-se para a segunda ronda o Deputado Lúcio Rodrigues (PS), que centrou a sua intervenção no desporto, destacando a importância de melhorar as infraestruturas desportivas da Região, que estão visivelmente degradadas. Feito o enquadramento, questionou a Senhora Secretária sobre a existência, ou não, de algum plano para apoiar os clubes regionais na recuperação das suas infraestruturas, como campos sintéticos e pavilhões, que estão a precisar de renovação, aproveitando ainda para perguntar se o Governo pretende alterar o modelo de financiamento de apoio aos clubes, visto que as infraestruturas desportivas são de usufruto de toda a Região.

A Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto, em resposta, reconheceu a importância de manter e renovar as infraestruturas desportivas e mencionou que o investimento previsto para 2025 na área do desporto é 25% superior ao de 2020. Destacou que a taxa de execução do desporto em 2024 já se encontra na ordem dos 80%, apesar de este ser um ano exigente devido a novas alterações políticas e orçamentais. Indicou ainda que os critérios de apoio aos Clubes são determinados em conformidade com o Tribunal de Contas, demonstrando, contudo, abertura para dialogar e rever critérios, desde que mantenham uma linha de seriação e avaliação justa.



No uso da réplica, o Deputado Lúcio Rodrigues (PS) insistiu que a questão não é apenas o valor atribuído, mas a forma como os apoios são distribuídos, destacando a necessidade de um novo modelo para que o financiamento alcance mais clubes e infraestruturas.

Neste âmbito, a Senhora Secretária afirmou que existe a intenção de reavaliar o modelo atual, mas sublinhou a importância de não criar disrupções nas expectativas já estabelecidas pelos clubes em função do modelo atual. Acrescentou, ainda, que esta transição precisaria de ser gradual para não comprometer os compromissos e expectativas existentes.

Na terceira e última ronda, interveio a Deputada Marta Matos (PS) que começou por destacar o subfinanciamento da cultura, mencionando que a proposta de orçamento para 2025 é muito semelhante à de 2024. Referiu também uma diminuição das taxas de execução na cultura desde 2020 e questionou a Senhora Secretária sobre o montante do plano de 2024 que foi utilizado para pagar apoios relativos a 2023. Perguntou ainda se os pagamentos dos apoios de 2024 estão regularizados e, em caso negativo, quanto do plano de 2025 será destinado a esses pagamentos em atraso.

Às questões colocadas, a Senhora Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto respondeu que houve um aumento significativo nos pagamentos para a área cultural, passando de cerca de 720.000 euros em 2019 para mais de 1.000.000 de euros em 2024. Explicou também que, ao definir o plano de 2024, já tinham considerado os compromissos adicionais não realizados em 2023, o que permitiu compensar pagamentos em atraso com o novo orçamento. Por fim, indicou que a execução dos apoios no regime jurídico de interesse cultural em 2024 já se encontra acima de 80%.

Seguiu-se a intervenção do Deputado Luís Raposo (PSD) que começou por destacar a questão da taxa de abandono escolar, evidenciando a sua redução de 26,1% em 2020 para 21,7% em 2024, um progresso que, segundo ele, não se via desde 2011. Neste contexto, perguntou à Senhora Secretária quais serão os próximos passos para continuar a diminuir esta taxa e quais as oportunidades para manter o acompanhamento individual de cada aluno.

A Senhora Secretária Regional, Sofia Ribeiro, explicou que o Governo tem uma abordagem de curto e longo prazo para lidar com o abandono escolar. No curto prazo, trabalham em estreita articulação com a Secretaria Regional do Emprego para acompanhar individualmente os jovens que abandonaram a escola, proporcionando-lhes oportunidades de emprego e qualificação. A médio e longo prazo, o Governo está a implementar programas de apoio ao sucesso escolar desde o primeiro ciclo, como o reforço do programa PIE, que abrange cada vez mais escolas e alunos e que tem mostrado resultados positivos na evolução académica dos alunos açorianos.



DA AUDIÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL

O Vice-Presidente do Governo Regional iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e afirmando que o XIV Governo Regional dos Açores tem como objetivo prioritário o crescimento económico e social dos Açores, através de um forte investimento na ciência, na inovação e na promoção da literacia e divulgação científica.

O Vice-Presidente salientou que a ciência e a inovação desempenham um papel essencial nas sociedades modernas, influenciando o modo de vida e o progresso da população. Estas áreas, explicou, são fundamentais para o enriquecimento do conhecimento e para o desenvolvimento económico e social da Região. Nesse sentido, sublinhou que o sucesso das políticas regionais depende da participação ativa de todas as entidades do sistema científico e tecnológico dos Açores, além de envolver a sociedade civil das nove ilhas.

Para o ano de 2025, Artur Lima destacou que o Governo Regional dos Açores mantém a aposta na excelência científica regional, através do lançamento de concursos competitivos e do cofinanciamento de diversos projetos e programas internacionais. Este apoio incluirá um valor global de mais de 4 milhões de euros, destinado a garantir a operacionalidade das instituições de ciência e tecnologia na Região. Em relação ao parque de ciência e tecnologia, o Vice-Presidente sublinhou que haverá um forte investimento na expansão do TERINOV e na aquisição de um computador de alto desempenho para o Nonagon, num valor aproximado de 3 milhões de euros. Além disso, será feito um aumento das verbas de funcionamento das instituições, superior a 1 milhão de euros, numa demonstração clara da importância que estas entidades têm para o ecossistema regional de inovação.

O Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores, Artur Lima, anunciou também que estão previstos novos concursos competitivos para 2025, incluindo um apoio à organização de reuniões científicas, com uma dotação de 100 mil euros, e um concurso de investigação e desenvolvimento para as ciências sociais e humanas, no valor de 300 mil euros a três anos. Este último concurso, segundo o Vice-Presidente, irá financiar cerca de 10 projetos, com 30 mil euros cada, algo que considerou inovador e inédito nesta área nos Açores. O Vice-Presidente mencionou ainda o apoio contínuo aos cursos de verão da Universidade dos Açores, que, segundo o próprio, contribuem para o fortalecimento do conhecimento científico e da cooperação académica regional.

Outro ponto abordado foi o cofinanciamento regional para entidades não empresariais do sistema científico e tecnológico dos Açores em projetos europeus, incluindo o programa Açores 2030 e o INTERREG. Para esta área, Artur Lima referiu uma dotação de 1 milhão de euros, que permitirá alavancar cerca de 6 milhões de euros anuais, o que considerou um excelente retorno



financeiro para a Região. Este apoio também irá reforçar a integração dos Açores em redes científicas e tecnológicas europeias, beneficiando o ecossistema científico e tecnológico regional.

O Vice-Presidente afirmou que o Governo Regional dos Açores continuará a financiar a concessão de bolsas de doutoramento pelo Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia, bem como o apoio ao pagamento de propinas de doutoramento para residentes nos Açores, com um investimento total de 285 mil euros. No que diz respeito ao desenvolvimento tripolar da Universidade dos Açores, será mantido um apoio máximo já concedido de 950 mil euros, com uma adição de 350 mil euros destinada à contratação de doutorados. De acordo com Artur Lima, esta medida é fundamental para garantir o aumento de recursos humanos qualificados na Região.

Relativamente aos centros de ciência, o Vice-Presidente do Governo indicou um investimento superior a 1,1 milhão de euros, destinado ao funcionamento eficaz desses centros e à criação de um novo centro, que irá beneficiar a sociedade açoriana através da promoção da aprendizagem prática e experimental, sobretudo entre os jovens. Adicionalmente, Artur Lima sublinhou a revitalização das antigas instalações da escola americana, com o objetivo de as adaptar para projetos na área da ciência e tecnologia. Este projeto, que envolverá algum investimento inicial, foi descrito como uma recuperação importante do património histórico da Região.

Outro projeto mencionado foi o do Centro Interpretativo da Base das Lajes, que representará um investimento total de 100 mil euros. Segundo Artur Lima, este centro interpretativo permitirá o desenvolvimento de projetos para a reativação de espaços devolutos no complexo militar, numa perspetiva de valorização económica e cultural, ao mesmo tempo que preserva a história da base e o seu impacto na paz na Europa.

O Vice-Presidente referiu ainda um montante adicional de 250 mil euros, destinado ao apoio à participação e organização de eventos de divulgação científica, publicações científicas e instituições de apoio a pessoas com deficiência ou incapacidades. Afirmou que esta verba contribuirá para a inclusão e o desenvolvimento científico e social na Região, incentivando uma maior compreensão e envolvimento dos açorianos com a ciência.

Concluindo a sua explanação, Artur Lima destacou o facto de os Açores terem sido recentemente reconhecidos como uma das Regiões Inovadoras da Europa, uma distinção que, segundo ele, reflete o esforço contínuo do Governo Regional em apoiar a ciência e a inovação. Segundo o Vice-Presidente, o Governo está comprometido com a convergência dos Açores em relação aos indicadores europeus em investigação e inovação, o que, acredita, terá um impacto positivo no desenvolvimento económico e social do arquipélago.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Iniciada a primeira ronda de questões, o deputado Flávio Pacheco (PS) começou por realçar a importância do investimento nas áreas de ciência, investigação e inovação para o futuro da Região, destacando que estas são fundamentais para o desenvolvimento económico e social dos Açores. Observou, no entanto, que os valores propostos para 2025 são semelhantes aos de 2024, o que poderá indicar uma continuidade da política, em vez de uma aposta acrescida nestas áreas. O Deputado pediu esclarecimentos sobre o investimento destinado ao pagamento de propinas de doutoramento, incluindo o montante total e o número de alunos abrangidos. Solicitou também detalhes sobre as áreas candidáveis e os critérios de seleção para o programa RIS3 (Estratégia Regional de Especialização Inteligente) e perguntou sobre a execução orçamental até setembro, que indicava uma taxa de 11,52%. Perante esta constatação, questionou o Vice-Presidente sobre a previsão de execução até ao final do ano e ainda sobre o que acontecerá às verbas não executadas.

O Vice-Presidente começou por responder à questão sobre a execução orçamental, explicando que as verbas não executadas no final do ano não transitam para o ano seguinte, o que, afirmou, era uma questão que o deputado Flávio Pacheco já conhecia. Explicou que a baixa execução até setembro se deve ao atraso na aprovação de alguns projetos, uma situação influenciada pelas eleições e pela necessidade de reestruturação das orgânicas governamentais. Segundo Artur Lima, vários projetos foram apenas lançados em agosto, o que impactou a taxa de execução. No entanto, informou que a execução está atualmente acima dos 11%, rondando os 30%, e que espera aumentar essa taxa até ao final do ano.

Em relação à RIS3, o Vice-Presidente afirmou que o plano foi reformulado pelo atual Governo Regional, com a introdução de novas áreas prioritárias, como são as áreas social e a geoestratégica, que considera serem fundamentais para o desenvolvimento sustentável dos Açores. Estas mudanças, segundo ele, deverão contribuir para resultados positivos a longo prazo. Quanto às bolsas de doutoramento, Artur Lima indicou que o Governo prevê apoiar cerca de 50 alunos de doutoramento através do pagamento de propinas. Quanto aos critérios de seleção para os projetos, explicou que são definidos de forma transparente e publicados nos concursos, sendo tratados pela Direção Regional da Ciência e Tecnologia, sem qualquer tipo de interferência por parte do Governo Regional.

No uso da réplica, o Deputado do Partido Socialista agradeceu os esclarecimentos, aproveitando ainda para solicitar mais informações sobre os valores atribuídos a cada área específica dentro da RIS3, para melhor compreensão da distribuição de investimentos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Na sua resposta, o Vice-Presidente informou que, no momento, não dispunha de valores exatos para cada área da RIS3, pois estes dependem das candidaturas apresentadas e das alocações conforme os concursos em andamento. No entanto, comprometeu-se a obter e fornecer essa informação ao Deputado posteriormente.

Seguiu-se a intervenção da Deputada Hélia Cardoso (CH) que solicitou esclarecimentos sobre a ação 2.5.2, relacionada com ferramentas e serviços, questionando os elementos específicos desta ação. Pediu também mais detalhes sobre a ação 2.6.5, especialmente sobre o aumento das dotações e o número de operações previstas para o Aeroporto das Lajes em 2025. Em relação à ação 2.11.2, que indicava uma taxa de execução de zero até 30 de setembro, a Deputada perguntou se há uma estratégia para 2025 que permita uma melhor execução dos projetos de investimento externo.

Perante estas questões, o Vice-Presidente esclareceu que não tinha consigo informação detalhada sobre a ação 2.5.2, uma vez que esta ação não estava diretamente ligada ao âmbito da Comissão de Assuntos Sociais. Quanto à ação 2.6.5, reiterou que o tema do Aeroporto das Lajes será abordado na Comissão de Política Geral, sendo que, para questões mais específicas sobre o número de operações, remeteu para essa Comissão. Em relação à ação 2.11.2, reconheceu que até setembro a taxa de execução era nula, mas explicou que tal se deve à fase de transição de orgânicas e à necessidade de constituir equipas. O Vice-Presidente afirmou que o Governo Regional dos Açores já começou a preparar ações de promoção externa da Região, nomeadamente na Expo 2025 em Osaka, Japão, e assegurou que haverá execução em 2025 com estratégias delineadas para a promoção e atração de investimento estrangeiro.

No uso da réplica, a Deputada agradeceu a resposta e aceitou os esclarecimentos sobre os temas que seriam debatidos noutra omissão. Expressou, no entanto, preocupação em garantir uma melhor execução das verbas em 2025, especialmente no que toca ao investimento externo, destacando a importância deste para a economia regional.

Perante o repto, o Vice-Presidente Artur Lima enfatizou que a captação de investimento externo para a Região é uma prioridade estratégica do Governo e que o atraso em 2024 foi circunstancial, relacionado com os ajustes orgânicos e as eleições. Garantiu ainda que, com as equipas agora em fase de reestruturação, a execução para 2025 será priorizada. Por fim, salientou que a captação de investimento não depende exclusivamente de gastos orçamentais, mas também de uma promoção eficaz dos Açores como destino atrativo. A título de exemplo, mencionou a parceria com a Google para a instalação do cabo de fibra ótica "Nuvem" nos Açores, o qual considera um importante ativo para a conectividade e atratividade da Região.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Deputado Flávio Soares (PSD) iniciou a segunda ronda começando por elogiar o trabalho desenvolvido pelo Governo Regional dos Açores nas áreas de ciência e inovação e salientou que o atual Governo aumentou substancialmente os recursos destinados a estas áreas, comparando com 2019, quando o investimento era de aproximadamente 3 milhões de euros, enquanto em 2024 foi de cerca de 4,5 milhões. Observou que este aumento é indicativo do compromisso do atual Governo com o desenvolvimento regional. Prosseguiu solicitando ao Vice-Presidente mais detalhes sobre os investimentos realizados nos parques de ciência e tecnologia e sobre a estratégia do Governo para atrair novos projetos para esses espaços.

O Vice-Presidente agradeceu o elogio e destacou que o investimento nos parques de ciência e tecnologia é uma prioridade que o Governo pretende continuar a reforçar. Explicou que o segundo edifício do Nonagon foi concluído em julho e que em breve será lançado um concurso para a concessão de espaços, a fim de atrair novas empresas. No TERINOV, afirmou que está em curso uma ampliação com um investimento de cerca de 2 milhões de euros. Artur Lima sublinhou ainda que o Governo aposta na promoção de eventos e projetos internacionais em colaboração com o Air Center, que têm atraído investimentos e oportunidades para a Região.

O Vice-Presidente realçou também que um computador de alto desempenho será adquirido para o Nonagon, aumentando assim a capacidade de investigação e inovação dos parques de ciência e tecnologia dos Açores. Sublinhou ainda que em eventos recentes, como o realizado sobre inteligência artificial, estiveram presentes empresas internacionais e tecnológicas, incluindo a Google, o que é um sinal de que os Açores estão a tornar-se atrativos para o investimento tecnológico. Artur Lima concluiu afirmando que o Governo está empenhado em continuar a atrair novas empresas e projetos para os Açores, apoiando o crescimento do ecossistema de ciência e tecnologia na região.

No uso da réplica, o Deputado Flávio Soares (PSD) agradeceu os esclarecimentos e reiterou a importância de não só construir infraestruturas, mas também de captar novos projetos e investimentos para os parques de ciência e tecnologia. Elogiou o esforço do Governo em atrair empresas e promover a inovação nos Açores, destacando que estes investimentos são fundamentais para o desenvolvimento económico e social da Região.

DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIO REGIONAL DA SAÚDE E SEGURANÇA SOCIAL

A Secretária Regional da Saúde e Segurança Social iniciou a sua intervenção informando que o orçamento para 2025 destinado ao setor da saúde e solidariedade social ascende a cerca de 113 milhões de euros, o que representa um acréscimo de aproximadamente 1 milhão de euros face ao ano anterior. Explicou que a Direção Regional para a Promoção da Igualdade e Inclusão Social



é a que recebe o maior aumento, com mais 10 milhões de euros comparativamente a 2024. A Direção Regional da Solidariedade Social conta com um aumento de 5 milhões de euros, enquanto a verba alocada ao setor das dependências se mantém, refletindo o compromisso do Governo com esta área. Sobre a Direção Regional da Saúde, indicou que o orçamento é de 50,5 milhões de euros, reconhecendo que, em 2024, este setor beneficiou de um aumento devido ao estado de calamidade resultante do incêndio no Hospital do Divino Espírito Santo (HDES). A Senhora Secretária Regional mencionou que, em 2025, a prioridade será consolidar projetos lançados em 2024, como o programa "Nascer Mais" e o programa "Novos idosos". Na Direção Regional da Solidariedade Social, destacou a importância dos projetos do PRR e referiu que aproximadamente 103% do orçamento é proveniente de fundos cofinanciados (PO 2020, PO 2030 e PRR).

Para as dependências, anunciou a implementação de equipas de prevenção e um possível aumento no valor das diárias de tratamento, o qual está presentemente a ser negociado.

Relativamente à Direção Regional da Saúde, a Senhora Secretária salientou que a prioridade são os projetos associados ao PRR, como é o caso do Hospital Digital e a aquisição de equipamentos para reforço das capacidades das Unidades de Saúde e Hospitais. Mencionou também um aumento significativo no orçamento da saúde, com mais de 50 milhões de euros, para assegurar a valorização digna dos profissionais e enfrentar o subfinanciamento do setor. A Senhora Secretária Regional concluiu que, à semelhança de 2024, espera-se a conversão de dívida comercial em dívida financeira, com um reforço de, pelo menos, 75 milhões de euros, que deverá melhorar a liquidez das instituições do Serviço Regional de Saúde.

Findo este primeiro enquadramento, o Deputado José Toste (PS) confrontou a Senhora Secretária Regional com a taxa de execução de 2024, que até setembro era de 40,73%, abaixo dos 55% registados no mesmo período de 2023. Neste âmbito, reforçou que a execução orçamental é essencial para a credibilidade do documento em análise, o que justificou que questionasse a Senhora Secretária Regional da Saúde e Solidariedade Social sobre quais são as reais garantias de uma execução eficaz. Além disso, destacou um decréscimo de 14,1 milhões de euros no orçamento de 2025 para a saúde, perguntando a razão para esta redução, especialmente em áreas de apetrechamento e tecnologias de saúde. Finalizou abordando o aumento das listas de espera cirúrgicas, questionando a Senhora Secretária sobre o plano "DIAGNOSIS", criado para mitigar listas de espera, e sobre o investimento previsto para esta iniciativa.

Em resposta, a Senhora Secretária Regional informou que foi alocada uma verba de 4 milhões de euros para recuperar a atividade assistencial no HDES, que inclui o programa "DIAGNOSIS", para reduzir listas de espera de exames e consultas. Adiantou ainda que este programa será



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

inicialmente implementado no Hospital de Ponta Delgada (HDES) e, posteriormente, poderá ser expandido. Quanto ao decréscimo orçamental, indicou que em 2025 já não estão previstas despesas com clínicas externas, o que justifica a redução de custos.

Em relação à execução de 2024, mencionou que a publicação tardia do orçamento e plano, em julho, afetou a sua execução. Acrescentou que a maior parte do financiamento para a assistência aos doentes está no orçamento de funcionamento, focando-se na motivação dos profissionais para assegurar uma continuidade nos cuidados de saúde.

No uso da réplica, o Deputado José Toste (PS) solicitou que a Senhora Secretária Regional confirmasse que o programa "DIAGNOSIS" será aplicado unicamente no HDES e perguntou sobre a criação de equipas domiciliárias para cuidados continuados, questionando a razão pela qual esta norma é repetidamente inscrita no orçamento sem concretização.

A Secretária Regional da Saúde e Solidariedade Social confirmou que o "DIAGNOSIS" será inicialmente aplicado no HDES, com possível extensão a outros hospitais. Quanto às equipas domiciliárias, explicou que a rede de cuidados continuados está em fase de reestruturação e que, em 2025, o Governo pretende implementá-la nas ilhas que considerem ter as condições adequadas.

Seguiu-se a intervenção da Deputada Hélia Cardoso (CH), que solicitou esclarecimentos sobre várias ações do plano, nomeadamente: os 15 milhões para o HDES, a manutenção das câmaras hiperbáricas, a hospitalização domiciliária, a inventariação de recursos humanos, a gestão de desempenho por mérito, a garantia de tempos máximos de resposta, a telessaúde e a desmaterialização da conferência dos meios complementares de diagnóstico.

Em resposta, a Senhora Secretária explicou que a verba para o HDES será direcionada para o estudo prévio, projetos e equipamentos, bem como para a recuperação assistencial. Sobre as câmaras hiperbáricas, mencionou que estão certificadas e a manutenção anual será assegurada. No que diz respeito à hospitalização domiciliária, informou que os três hospitais regionais manifestaram interesse no projeto. Para a telessaúde, esclareceu que o objetivo do PRR para 2024, de mil consultas, foi atingido, e que a interoperabilidade dos sistemas clínicos será progressivamente desenvolvida ao longo do ano de 2025. Quanto à conferência de faturas, adiantou que envolve a comparticipação de medicamentos e exames complementares, embora alguns aspetos estejam ainda a ser implementados.

No uso da réplica, a Deputada Hélia Cardoso (CH) pediu que a Senhora Secretária Regional esclarecesse se os 15 milhões para o HDES seriam para a infraestrutura e questionou



especificamente sobre a conferência de meios complementares de diagnóstico, interrogando se houve ou não avanços nesta área específica.

A Senhora Secretária Regional esclareceu que os 15 milhões são destinados à infraestrutura e equipamentos do HDES, remetendo para momento posterior mais informação relativamente ao ponto de situação da conferência de meios complementares de diagnóstico.

Seguiu-se a intervenção do Deputado António Lima (BE) que começou por perguntar sobre a conversão de dívida comercial em dívida financeira e questionou se esta foi utilizada em 2024, bem como o valor previsto para 2025. Solicitou também a confirmação de que o montante previsto para o HDES será apenas para projetos iniciais e questionou o processo de integração dos trabalhadores com contratos COVID no HDES, incluindo a contabilização do tempo de serviço para progressão.

Em resposta, a Senhora Secretária confirmou que a conversão de dívida foi usada em 2024, com 75 milhões de euros, e que se prevê o mesmo montante em 2025. Quanto ao HDES, assegurou que a intenção é iniciar as obras no primeiro semestre de 2025, após a conclusão dos estudos e projetos. Sobre a integração dos trabalhadores COVID, indicou que os processos foram enviados para aprovação e que a questão do tempo de serviço será analisada pelas instâncias competentes.

O Deputado António Lima (BE) fez uso da réplica, reiterando a sua questão sobre os procedimentos para os contratos COVID, solicitando à Senhora Secretária da Saúde e Solidariedade Social que esclarecesse se este processo será por via de concurso ou por conversão direta. Pediu ainda clarificação sobre as diferenças entre os programas "Cheque Saúde" e "Vale Saúde".

A Senhora Secretária Regional confirmou que a integração dos trabalhadores COVID será através de concurso, em conformidade com o despacho do Governo. Relativamente aos contratos COVID, explicou que o "Vale Saúde" é destinado a cirurgias, enquanto o "Cheque Saúde" é direcionado para consultas de especialidade, com um projeto piloto focado nas especialidades mais carenciadas.

Seguiu-se a intervenção da Deputada Salomé Matos (PSD) que questionou sobre a capacidade do Governo para cumprir os compromissos com os profissionais de saúde, especialmente no que às suas carreiras profissionais diz respeito, e sobre a aquisição de novos equipamentos, como a ressonância magnética para o Hospital da Horta, questionando qual o impacto deste investimento. Perguntou ainda sobre a renovação de viaturas para as unidades de saúde.

A Senhora Secretária Regional, em resposta, explicou que as viaturas estão a ser renovadas via "renting", conforme recomendado pela Direção Regional do Orçamento e Tesouro. Acrescentou



ainda que ao contrário do que foi noticiado, esta operação de “renting” não tem juros, nem outras taxas associadas.

Em relação aos equipamentos, indicou que foi criada uma plataforma para definir prioridades com base nas necessidades das instituições. Quanto às carreiras dos profissionais de saúde, mencionou que o processo de valorização destes profissionais está em curso e que o Governo Regional pretende concluir a integração dos técnicos auxiliares de saúde até ao final do ano, sublinhando a complexidade do processo e o compromisso em honrar os retroativos e os direitos dos trabalhadores.

A Deputada Dora Valadão (PS) iniciou a segunda ronda, começando por questionar a Senhora Secretária Regional da Saúde e Solidariedade Social sobre o programa "Novos Idosos", financiado pelo PRR, e qual será a sua abrangência em toda a Região até dezembro de 2025. Questionou ainda se estava prevista a abertura de novas vagas ou se as vagas seriam mantidas até ao final de 2025. Adicionalmente, a Deputada referiu um estudo da Associação Novo Dia, de 2022, que indicava a existência de mais de 500 pessoas em situação de sem-abrigo nos Açores, com grande incidência em São Miguel. Relacionou esta situação ao uso crescente de drogas sintéticas, que, segundo a sua opinião, contribuía para a insegurança naquela ilha. Referiu também o programa "Habitua-te", lançado pelo Governo Regional em 2023 em parceria com a Câmara Municipal de Ponta Delgada, e questionou se, face ao agravamento da situação dos sem-abrigo, o Governo ponderava rever procedimentos e reforçar a ação. Por fim, pediu esclarecimentos sobre o estudo anunciado em outubro de 2023 pelo então titular da pasta, Artur Lima, relativamente às creches, mencionando que algumas creches estariam em obras até 2026 e questionando como o Governo planeava cobrir as necessidades das famílias até lá.

A Senhora Secretária Regional iniciou a sua resposta abordando o programa "Novos Idosos", indicando que a análise das candidaturas para o alargamento das vagas ainda estava em curso, com 520 candidaturas recebidas para 227 vagas. Referiu que era prematuro falar sobre a criação de novas vagas ou sobre a continuidade do programa além de 2025, e que o preenchimento das vagas disponíveis dependia de decisões conjuntas com a estrutura de missão e a União Europeia. Destacou ainda a preocupação expressa por algumas instituições sobre a ocupação das vagas que vão ficando disponíveis e informou que aguardavam uma resposta sobre a possibilidade de ocupar essas vagas.

Em relação à questão dos sem-abrigo, a Senhora Secretária Regional anunciou que, em 2025, o Governo Regional dos Açores lançaria o primeiro plano regional para as pessoas em situação de sem-abrigo, elaborado em articulação com o Instituto da Segurança Social dos Açores e a Direção



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Regional de Promoção da Igualdade e Inclusão Social. Referiu que um primeiro rascunho do plano já estava em análise e que se pretendia atuar em duas frentes: uma resposta de emergência para o concelho de Ponta Delgada e um olhar atento para outros concelhos onde a problemática se agravava. Mencionou o programa "Habitua-te", ainda em fase de articulação e planeamento com a Câmara Municipal de Ponta Delgada, com 33 terrenos identificados, mas sem execução efetiva até ao momento. Salientou que o estudo da Norma Açores, apresentado em abril ou maio de 2023, identificava 386 pessoas em situação de sem-abrigo na Região, em contraste com os dados da Associação Novo Dia, e que destacava a necessidade de melhor articulação entre as instituições.

No uso da réplica, a Deputada Dora Valadão (PS) agradeceu a resposta e mencionou que havia duas questões que não foram respondidas completamente. Referiu, novamente, a situação das creches, destacando as dificuldades no acesso às mesmas, e perguntou como a Senhora Secretária Regional planeava lidar com as necessidades das crianças e famílias nos anos de 2025 e 2026, considerando que algumas obras só estariam concluídas em 2026. Quanto ao programa "Habitua-te", procurou confirmar se a sua interpretação estava correta ao entender que o programa ainda não tinha sido implementado.

Perante estas questões, a Senhora Secretária reconheceu que não havia respondido plenamente às questões colocadas e agradeceu à Deputada Dora Valadão por as ter reiterado. Confirmou que o programa "Habitua-te" ainda não tinha sido implementado e que estava em fase de reuniões e definições, sendo que uma nova reunião estava agendada para essa semana. Relativamente às creches, referiu que até ao final da legislatura estava prevista a construção e requalificação de três equipamentos sociais. Informou também que o Governo procurava mecanismos imediatos para responder às necessidades das famílias e que, além das obras, foram celebrados protocolos com instituições para aumentar a admissão de crianças nas creches. Explicou que a prioridade era atender às ilhas com maior necessidade, como a Terceira, São Miguel e Pico, e que havia a possibilidade de estabelecer parcerias com privados para aumentar as vagas.

A audição prosseguiu com a intervenção da Deputada Nídia Inácio (PSD) que informou ter feito uma análise cuidada do plano regional para 2025, e que dessa análise concluía que este documento promovia os maiores apoios sociais da história da autonomia, sobre o qual acrescentou ainda ser um plano credível. Posteriormente, colocou três questões à Senhora Secretária, nomeadamente: a continuidade da modernização da frota de viaturas das IPSS e Misericórdias, questionando quantas viaturas foram entregues e quantas estavam previstas para 2025; a contribuição das requalificações e construções de creches para o aumento de vagas, questionando se os Açorianos podiam confiar que essas medidas aumentariam efetivamente as



vagas; e se a lista única de inscrição nas creches tinha sido eficaz em detetar duplicações de inscrições.

Em resposta às questões colocadas, a Senhora Secretária Regional respondeu que a modernização da frota de viaturas estava prevista no âmbito do PRR, totalizando 103 viaturas, das quais 65 já tinham sido entregues, 34 adjudicadas e 4 em fase de contratação pública. Indicou ainda que, após a conclusão das entregas do PRR, a continuidade seria assegurada pelo orçamento da Região para 2025, com a intenção de renovar o parque automóvel das instituições. Em relação às creches, sublinhou que o plano incluía novas ações de construção e requalificação, como as creches da Praia da Vitória, Ribeira Grande e São Mateus. Destacou que a intenção era garantir que nenhuma criança ficasse sem resposta e que o aumento de vagas se faria através da ocupação de salas não utilizadas. Sobre a lista única de inscrição nas creches, considerou que foi uma mais-valia, permitindo expurgar duplicações de inscrições e reduzir o número absoluto de crianças em lista de espera.

No uso da réplica, a Deputada Nídia Inácio (PSD) agradeceu os esclarecimentos e reiterou o interesse na ação de mobilidade social, questionando se esta daria continuidade à substituição do parque automóvel das instituições particulares de solidariedade social (IPSS) após as entregas previstas no PRR.

A Senhora Secretária reiterou que a ação de mobilidade social visava continuar a substituição do parque automóvel das IPSS, sendo inicialmente reduzida devido às viaturas ainda a entregar no âmbito do PRR, mas com o objetivo de melhorar as condições de mobilidade para as instituições.

A Deputada Hélia Cardoso (CH) dirigiu a sua intervenção à questão do orçamento de exploração dos hospitais, reconhecendo o aumento significativo das transferências, mas detalhando as dificuldades financeiras de cada hospital. Referiu, por exemplo, que o aumento de 7 milhões de euros para o Hospital da Horta apenas cobriria o resultado de exploração negativo do primeiro semestre, restando ainda a dívida a fornecedores. Questionou a estratégia do Governo Regional para inverter os problemas de liquidez dos hospitais, considerando as consequências para os fornecedores e a prestação de serviços essenciais.

Neste contexto, a Senhora Secretária respondeu que o “renting” das viaturas estava inscrito no plano de investimentos e não afetava diretamente os orçamentos dos hospitais. Referiu que houve um reforço de 35 milhões de euros para os hospitais em julho, melhorando os resultados operacionais e reduzindo a dívida comercial em cerca de 10% face ao ano anterior. Explicou que o subfinanciamento era um problema crónico, mas que a valorização das carreiras em 2024 representou um aumento significativo de custos, cerca de 17 milhões de euros. Mencionou que



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

o Governo Regional continuava a trabalhar junto do Governo da República para converter dívida comercial em dívida financeira, esperando que esta solução pudesse ser repetida em 2025.

A Deputada Hélia Cardoso (CH) agradeceu a informação adicional fornecida pela Senhora Secretária, sem apresentar novas questões na sua réplica.

Seguidamente, o Deputado António Lima (BE) focou a sua intervenção nos programas sociais, destacando a preocupação com a execução dos investimentos, nomeadamente na área das creches. Questionou a falta de execução de investimentos que constavam em orçamentos anteriores, pedindo uma lista concreta de ações que seriam efetivamente realizadas em 2025. Sobre o plano regional de inclusão social e cidadania, perguntou se a verba de 450 mil euros prevista para a sua implementação estava baseada no plano proposto pela equipa que o elaborou. Finalmente, questionou o futuro de programas financiados pelo PRR, como o "Novos Idosos", perguntando qual seria o seu destino após 2026.

A Senhora Secretária Regional começou por responder à questão das obras, explicando que a prioridade para 2025 serão as obras financiadas pelo PRR, dado que existe uma pressão de tempo para a conclusão destes projetos. Afirmou que há um risco real de a Região ser obrigada a devolver verbas caso as obras não sejam concluídas dentro do prazo estipulado. Esclareceu que existem rubricas e ações com valores mais reduzidos destinadas apenas à fase de projeto, o que implica que nem todas as obras serão realizadas em 2025. Ressaltou que têm enfrentado grandes dificuldades devido à falta de empreiteiros disponíveis e a concursos públicos que ficam desertos, exemplificando com a obra da Creche de Santo António, cujo processo burocrático tem sido particularmente moroso e dificultado a sua implementação.

Relativamente ao Plano Regional para a Inclusão Social e Cidadania, reiterou que o Plano exigirá uma articulação entre vários departamentos do Governo. Acrescentou que a intenção é submeter este Plano ao Conselho do Governo durante o mês de novembro, e que, até essa análise, não poderia divulgar mais detalhes. Destacou o trabalho exaustivo da equipa liderada pelo Professor José Mendes, que desenvolveu um diagnóstico abrangente sobre a situação de pobreza, cidadania e inclusão social na Região. Por último, anunciou que o Plano deverá ser lançado para consulta pública ainda em novembro, permitindo que os parceiros e grupos parlamentares possam contribuir para uma abordagem responsável no combate à pobreza nos Açores.

Quanto aos projetos mencionados, informou que o programa "Nascer Mais" é financiado pelo orçamento da Região, exigindo um esforço financeiro significativo que duplicou entre 2023 e 2024, permitindo o seu alargamento a todos os concelhos da Região Autónoma dos Açores. Em relação ao programa "Novos Idosos", sublinhou que este continuará em vigor e que o Governo



reconhece o sucesso do programa e a sua importância para a população idosa da Região. Contudo, acrescentou que, embora não preveja a interrupção do projeto, ainda é cedo para prever com total certeza o futuro.

Abriu-se a terceira ronda, tendo o Deputado Russel Sousa (PS) iniciado a sua intervenção agradecendo a presença da Senhora Secretária e colocando duas questões: uma sobre as dependências e outra sobre o Hospital do Divino Espírito Santo (HDES). Em relação às dependências, questionou o andamento do Observatório de Drogas, cuja criação foi mencionada em 2023 e que já constava no Plano anterior. Pretendia saber em que fase se encontrava o processo e o que faltava para a sua conclusão. Relativamente ao HDES, questionou se o Banco de Sangue, que anteriormente funcionava nas instalações do HDES e que atualmente opera exclusivamente através da CUF, ainda contava com funcionários do hospital designados para garantir o seu funcionamento 24 horas por dia. Ainda neste âmbito, perguntou também se o serviço estava assegurado por dois funcionários a tempo inteiro e um a tempo parcial e qual era o valor protocolado para a operação do Banco de Sangue, mencionando que não havia encontrado essa verba no plano.

Em resposta, a Senhora Secretária Regional informou que o Programa de Prevenção de Dependências estava, pela primeira vez, dividido em cinco ações, permitindo maior transparência sobre os recursos alocados a cada eixo de intervenção. Sobre o Observatório de Drogas, explicou que estava em desenvolvimento uma plataforma digital para compilar a informação proveniente dos diversos intervenientes do setor, sendo este um primeiro passo para uma atuação mais independente do observatório, a qual, na opinião do Governo, deve prolongar-se além de ciclos políticos. Quanto ao HDES, a Senhora Secretária admitiu não ter informações completas sobre o Banco de Sangue naquele momento, mas mencionou que já havia solicitado esclarecimentos ao hospital para poder responder.

Seguidamente, a Deputada Hélia Cardoso (CH) dirigiu-se ao articulado da Proposta de Orçamento, referindo o artigo 9.º, que estabelece uma situação de exceção para a contratação de pessoal na área da educação, enquanto o artigo 12.º define que os processos concursais na área da saúde devem ser realizados por despacho conjunto das pastas da saúde e das finanças. Sobre o exposto, questionou por que motivo a saúde não tem o mesmo regime de exceção, argumentando que o atual processo é moroso e leva à perda de profissionais para outros hospitais. Referiu também o artigo 19.º, que define os contratos-programa, e questionou a ausência de uma definição de produção programada.



A última questão desta terceira ronda, foi colocada pelo Deputado Jaime Vieira (PSD) que destacou a importância das equipas de prevenção de comportamentos aditivos, as quais têm vindo a realizar um trabalho de proximidade significativo. Exatamente por considerar de enorme relevância a proximidade conquistada, questionou a Senhora Secretária Regional se no próximo ano poderiam continuar a contar com a presença dessas equipas nas três áreas territoriais, além dos grupos já em operação nas ilhas do Faial e de São Miguel.

Sendo esta a terceira e última ronda, a Senhora Secretária Regional respondeu aos três intervenientes numa única intervenção, começando por informar o Deputado Jaime Vieira (PSD) que já existiam equipas de prevenção na ilha Terceira, em parceria com a Casa do Povo de Santa Bárbara, através do programa "Haja Saúde", o qual se estendia também às ilhas Graciosa e São Jorge. Adicionalmente, mencionou a existência de uma equipa na ilha do Pico, que presta apoio ao Faial, Flores e Corvo. Confirmou ainda que em 2025 haverá uma equipa dedicada para São Miguel e Santa Maria, reforçando a presença territorial para promover campanhas preventivas e esclarecedoras entre os jovens.

Em relação às questões colocadas pela Deputada Hélia Cardoso (CH), pediu desculpa por não ter compreendido inicialmente a questão sobre os contratos-programa. Questionou se a Deputada se referia a transferências para os hospitais com base na produção, tendo a Senhora Deputada esclarecido que a sua questão sobre os contratos-programa se referia à necessidade de haver uma componente de transferência de montantes para os hospitais que estivesse ligada à produção e não apenas ao valor fixo.

Na sua última intervenção, a Senhora Secretária Regional da Saúde e Solidariedade Social agradeceu o esclarecimento da Deputada Hélia Cardoso (CH) e explicou que os contratos-programa com os hospitais incluíam um relato dos objetivos que as instituições deveriam alcançar ao longo do ano. Contudo, opinou que o sistema de financiamento dos hospitais deveria ser revisto e atualizado, sugerindo uma maior ponderação para a produção realizada.

DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO

A Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego iniciou a sua intervenção apresentando o Plano e Orçamento para 2025, destacando o investimento previsto para a área da Juventude, que totaliza 2,5 milhões de euros. Este valor representa um reforço em relação ao orçamento de 2024, que já havia sido aumentado em 69% face a 2023. Acrescentou que, somando um milhão de euros alocado no orçamento do Fundo Regional do Emprego para o programa "Regressa a



Casa”, o investimento real em políticas de juventude para 2025 poderá ascender a 3,5 milhões de euros.

Nesta sua primeira explanação, explicou também que o investimento será distribuído por cinco áreas principais, visando capacitar os jovens açorianos e promover o associativismo, voluntariado e a integração socioprofissional. Salientou que o investimento no associativismo juvenil foi reforçado em 10 mil euros, atingindo um total de 470 mil euros, o que permitirá apoiar programas de associativismo e implementar o novo programa “Democracia de A a Z” para promover a participação democrática entre os jovens.

Referiu ainda que o investimento em empreendedorismo e integração socioprofissional aumentou em 35 mil euros, perfazendo um total de 790 mil euros para 2025. Anunciou que, no próximo ano, as bolsas para jovens integrados no programa OTL (Ocupação de Tempos Livres Jovem) aumentarão de 175 para 210 euros, e que será criado um programa de ocupação em empresas, incluindo o setor social.

A Senhora Secretária abordou também o investimento na mobilidade juvenil e coesão territorial, destacando que serão investidos 210 mil euros no programa “Inter Jovem”, que inclui o alargamento do programa de intercâmbios com a diáspora açoriana. Acrescentou que o investimento em criatividade e inovação juvenil será reforçado em 45 mil euros, totalizando 530 mil euros, permitindo dar continuidade a programas como o “AÇORJovem” e o “Reage”, que visa apoiar jovens em risco através de educação não formal.

Para 2025, anunciou também a criação do programa “Jovens Digitais”, que proporcionará formação em competências digitais, em parceria com associações juvenis. Terminou expressando otimismo em relação ao futuro dos jovens açorianos, afirmando que o Governo Regional continuará a reconhecer a centralidade da juventude na vida pública dos Açores.

Iniciada a primeira ronda, a Deputada Hélia Cardoso (CH) começou por questionar a Sra. Secretária Regional sobre as ações 10.6.1 e 10.6.4, relacionadas com subsídios não reembolsáveis para aquisição e construção de habitação, medidas previstas desde 2024. Neste âmbito, questionou a existência, ou não, de legislação de base para a atribuição desses subsídios.

Na sua resposta, a Senhora Secretária recordou à Deputada Hélia Cardoso (CH) que, no âmbito da Comissão dos Assuntos Sociais, as áreas em análise nesta sessão são as que dizem respeito à Juventude. Explicou que as questões relativas à habitação serão debatidas mais tarde, na sessão da Comissão de Política Geral. Assim, deu nota à Senhora Deputada de que as questões colocadas por esta deveriam ser colocadas e esclarecidas na reunião da CPG.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

No uso da réplica, a Deputada Hélia Cardoso (CH) reconheceu o equívoco e retirou a questão, indicando que aguardará a sessão específica para a área da habitação.

Seguidamente interveio o Deputado Russel Sousa (PS) que colocou uma questão sobre o programa “Regressa a Casa”, que apoia os jovens açorianos nas passagens aéreas. Sobre este programa, o Senhor Deputado questionou se, com o novo teto máximo de 600 euros, as passagens acima desse valor continuariam a ser subsidiadas na totalidade, ou se o jovem teria de suportar a diferença.

Em resposta, a Senhora Secretária agradeceu a questão e explicou que o processo de definição das tarifas ainda não está concluído. No entanto, afirmou que o reembolso cobrirá o valor correspondente a duas passagens aéreas, dependendo do que for acordado nas negociações em curso sobre os preços máximos e subsídios das tarifas aéreas.

No uso da réplica, o Deputado Russel Sousa (PS) pediu uma clarificação adicional, indagando se, no caso de uma passagem de 800 euros, o jovem suportaria a diferença acima do teto de 600 euros. Afirmou que esta era apenas uma questão de interpretação.

Neste âmbito, a Senhora Secretária Regional reiterou que a questão depende das negociações em curso com o Governo da República sobre os limites das tarifas. No entanto, assegurou que, no âmbito do programa “Regressa a Casa”, será reembolsado o valor correspondente a duas passagens de ida e volta, nos termos que forem finalmente definidos.

Seguiu-se a intervenção do Deputado Luís Raposo (PSD) que começou por destacar o impacto positivo das políticas de Juventude na redução do desemprego jovem na Região. Referiu ainda que o orçamento para 2025 continua a ser favorável para os jovens açorianos, promovendo a sua participação cívica e integração profissional. Feito este enquadramento, o Deputado Luís Raposo (PSD) questionou a Senhora Secretária Regional sobre o programa de voluntariado regional e a reformulação do programa OTLJ, pedindo também um esclarecimento sobre a medida “Jovens Digitais” e o impacto esperado na economia regional.

Em resposta, a Senhora Secretária agradeceu as questões colocadas e explicou que o OTLJ está a ser reformulado, com o aumento da bolsa para 210 euros, tornando-o mais adequado às necessidades dos jovens. Anunciou que o programa passará a incluir ocupações no setor privado e social para jovens entre os 16 e os 18 anos, ajudando-os a explorar possíveis áreas de interesse vocacional.

Relativamente ao voluntariado, destacou a criação do novo “Voluntariado Jovem”, que será regulamentado para permitir aos jovens até 24 anos adquirirem experiências em instituições sociais, hospitais e centros de saúde, valorizando assim o currículo dos jovens.



Em relação aos “Jovens Digitais”, explicou que o programa foi desenhado para fortalecer as competências digitais dos jovens, com formações em cibersegurança e combate às *fake news*, em parceria com associações juvenis que disponibilizarão os seus espaços. Acrescentou que o programa permitirá a aquisição de equipamento informático e visa preparar os jovens para os desafios digitais e fortalecer a economia regional.

Na ausência de mais inscrições, deu-se por encerrada esta audição.

CAPÍTULO III

SINTESE DA POSIÇÃO DOS PARTIDOS

O Grupo Parlamentar do PSD emitiu parecer favorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do PS emitiu parecer de abstenção com reserva para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do CH emitiu parecer de abstenção com reserva para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP emitiu parecer favorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

A Representação Parlamentar do BE, sem direito a voto, emitiu parecer de abstenção com reserva para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

A Representação Parlamentar do PAN, sem direito a voto, não emitiu parecer, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

CAPÍTULO III

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade, a Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais deliberou:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

- 1) Com os votos a favor do PSD e CDS-PP, e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e do Chega, emitir por maioria **parecer favorável à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XIII – “Plano Regional Anual para o ano de 2025”**;
- 2) Com os votos a favor do PSD e CDS-PP, e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e do Chega, emitir por maioria **parecer favorável à Proposta de Decreto Legislativo Regional.º 21/XIII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2025”**.

O presente Relatório Sectorial será remetido à Comissão de Economia para seguimento do devido processo legislativo, dando assim cumprimento ao despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Horta, 11 de novembro de 2024.

A Relatora

Inês Soares de Oliveira e Sá

A Presidente

Sandra Costa Dias